

UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ARTIGOS SOBRE *ACCOUNTABILITY* ENTRE 1997 E 2013, EM BUSCA DE CONSTRUTOS PARA PESQUISAS QUANTITATIVAS

Alamir Costa Louro*

RESUMO

“*Accountability*” é um tema mundialmente estudado relacionado com a Administração Pública e a Democracia. Carrega em si uma multiplicidade de conceitos não completamente compreendidos no Brasil. Este artigo possui como objetivo efetivar um levantamento sobre pesquisas publicadas no Brasil, entre os anos 1997 e 2013, nos eventos da ANPAD, os quais contenham a palavra “*Accountability*” em seu texto. Para tal, utilizou-se o método descritivo e bibliográfico, com abordagem quantitativa. Após a análise dos dados, foi possível observar seu grande relacionamento com outros três conceitos que são: a transparência, a governança e o *e-government*. Foram destacados os seguintes três autores mais referenciados nos artigos: Guillermo O’Donnell, Adam Przeworski e Fernando Luiz Abrucio, o que pode ser um bom ponto de partida para o aprofundamento teórico de novos estudos em administração pública. A partir de um viés da ciência política foram conceituados os tipos de *Accountability* em horizontal, vertical e societal. Uma contribuição substantiva do artigo é, a partir dessa tipificação da *Accountability*, localizar os artigos nacionais de administração relacionando-os mais à *Accountability* societal.

Palavras-chave: *Accountability*. Transparência. Governança.

1 INTRODUÇÃO

O termo *Accountability* ainda não obteve toda a parcimônia no seu processo de tradução para o português. No artigo seminal sobre o assunto a partir dessa discussão sobre a sua compreensão no idioma português, Campos (1990) conclui que a *Accountability* seria a responsabilidade objetiva, isto é, trata-se da responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra. Ainda segundo esta autora, o grau de *Accountability* avança na medida em que os valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação e representatividade, também avançam.

Como demonstrado por Pinho (2008), já há mais de 20 anos que se discutem seus significados, alcances e nuances. O presente artigo pretende ultrapassar tal discussão por considerar suficiente a questão do termo, sugerindo relacionamentos do mesmo com outros constructos, além disso, objetiva mostrar qual o entendimento padrão associando as palavras e contextos mais usados através de um estudo bibliográfico.

É notório o movimento de auto-regulamentação mundial, que exige várias formas de padronização (SOX, ISO 9001, 14001, 18001) em empresas privadas e públicas, portais governamentais com gastos e dados de todos os tipos, requisitos regulatórios e também controles interno e externos das instituições governamentais. Tal movimento está também

* UFES

relacionado à evolução da democracia que o mundo ocidental e, para o presente artigo, em especial o Brasil está e continuará passando nas próximas décadas. Parte da explicação para tais controles pode vir do advento da globalização e o crescimento de empresas multinacionais e sua cadeia de fornecimento, com faturamento eventualmente muito superior a alguns estados nacionais. Lógico que isso tem implicações na complexidade das relações de consumo e de responsabilização.

Vaz (2002) sugere que o surgimento de experiências com novos *frameworks* de gestão no setor privado, influenciadas pelo aumento da competitividade e pela transformação motivada pela disseminação da tecnologia da informação (TI), é um dos fatores que influenciam mudanças no setor público. Por muitos anos as organizações conseguiram prosperar sem uma preocupação com a informação, mas essa e conseqüentemente a TI se tornaram elementos cada vez mais importantes dos produtos, serviços organizacionais e da base dos processos empresariais, segundo Weill e Ross (2006). É possível inferir pelo menos hipoteticamente que a TI viabilizaria melhorias na gestão pública e no fornecimento dos serviços públicos, mas questões surgem dessa nova realidade: Como melhorar as políticas, os processos e o planejamento governamental? Como tornar mais efetiva a transparência dos novos canais de comunicação? Métodos quantitativos para o constructo *Accountability* são viáveis?

Adaptando dos autores Weill e Ross (2006), pode-se inferir que para a esfera pública não são claramente úteis os *Frameworks* estratégicos que administradores privados usam para analisar sua posição em relação ao mercado, por exemplo, as cinco forças de Michael Porter (clientes, fornecedores, concorrência, substitutos e potenciais novos entrantes). Isto porque, segundo os autores, a iniciativa pública deve seguir a legislação e deve responder aos interesses dos detentores do poder político. Já que eventualmente não é possível ao cidadão procurar outra empresa no caso de insatisfação com algum produto ou serviço público, então outros conceitos são necessários. Nesse momento deve-se ter clara a importância da *Accountability* no sistema público democrático, significando: “responsabilização” e “prestação de contas”.

É esperado a partir dos resultados obtidos dessa pesquisa gerar conhecimentos que poderão relacionar melhor a *Accountability* com outros constructos para realização de futuras pesquisas quantitativas.

Este trabalho encontra-se subdividido em quatro partes. A primeira etapa introduz e contextualiza o estudo, a segunda disserta sucintamente sobre conceitos relacionados à *Accountability*. Na terceira etapa, é apresentada a metodologia empregada no estudo. Na

quarta parte, explana-se sobre a Análise de Dados da pesquisa bibliométrica realizada. Na quinta e última etapa, discorre-se sobre as considerações finais deste levantamento, além das sugestões para estudos futuros.

2 CONCEITOS RELACIONADOS

Os conceitos, destacados nessa parte inicial do artigo, que foram relacionados à *Accountability* são: *e-Government*, Governança e Transparência.

Não obstante, anteriormente é importante detalhar mais o constructo *Accountability*. Segundo O'Donnell (1998), a *Accountability* possui duas dimensões, a horizontal que está preocupada com o funcionamento eficaz do sistema de freios e contrapesos dos três poderes e com o devido processo de tomada de decisão governamental. E a dimensão vertical que basicamente está relacionada com as eleições, com o controle burocrático e outros mecanismos que os cidadãos utilizam para controlar seu governo. Para tal autor, as eleições são razoavelmente livres e justas. Fornecendo assim um meio para a *Accountability* vertical ser um pouco menos fraca em países da América Latina, juntamente com a liberdade de expressão, de imprensa e de associação, que permitem aos cidadãos expressar exigências sociais a funcionários públicos (eleitos ou não) e para denunciar atos ilícitos que esses funcionários possam vir a cometer. Já a *Accountability* horizontal não é satisfatória para esse renomado autor.

Esse mesmo autor respondendo aos anseios de outros autores acrescenta o tipo de *Accountability* chamado Societal para separar o controle eleitoral (voto) dos instrumentos de participação da sociedade (ações legais, denúncias na mídia, etc.), que são exercidos pelos conselhos gestores, orçamentos participativos, associações, ONGs, movimentos sociais e mídia. Assim, fica de um lado o controle eleitoral (*Accountability* vertical de baixo para cima) e o controle burocrático (*Accountability* vertical de cima para baixo) e do outro lado o controle exercido pelos instrumentos de participação da sociedade (*Accountability* societal). Apesar dessa classificação não parecer ser de consenso, é a que foi utilizada por esse artigo.

A transparência dos atos públicos é fundamento basilar para a democracia representativa e fonte de informação na *Accountability* vertical e societal. Sua origem também pode ser relacionada com o Princípio da Publicidade destacado no caput do artigo 37 da Constituição Federal Brasileira. Outra lei bastante recente e diretamente relacionada é a lei de Acesso a Informação de 2011, que em seu artigo terceiro, inciso cinco, fala sobre o controle social que é exatamente uma referência à *Accountability* societal.

A Governança, ou Governança Corporativa, é uma estrutura para determinar os objetivos organizacionais e monitorar seu desempenho no intuito de concretizá-los. Já o conceito de *e-government* está intimamente relacionado tanto com a *Accountability* quanto com a transparência e a governança, por ser a busca da melhoria dos processos da máquina governamental e é exatamente o uso da TI para aproximar cidadãos e governo.

Interessante destacar a visão retirada do relatório das nações unidas sobre *e-government*, que pretende dar um direcionamento claro sobre o que se espera de evolução quanto à sustentabilidade dos serviços públicos, que resumidamente fala que, a sustentabilidade econômica tem como ponto de partida a forma como o *e-government* apoia a eficiência e eficácia da administração pública. Estruturas hierárquicas e burocráticas precisam ser transformadas em sistemas horizontais integrados, que facilitam a orientação para o cliente e aumentam os níveis de transparência e *Accountability* em um movimento em direção a soluções de serviço público que sejam sustentáveis (NATIONS, 2012).

3 METODOLOGIA

O método que norteou a realização da pesquisa foi descritivo e bibliográfico, com abordagem quantitativa. Do ponto de vista dos seus objetivos, a pesquisa é considerada descritiva porque, segundo Gil (2008), propõe-se a descrever características de determinado cenário. Do ponto de vista técnico, a pesquisa é bibliográfica, uma vez que os dados foram extraídos de material de todos os eventos nacionais da área de Administração publicados pela ANPAD.

O presente artigo traça o perfil das pesquisas publicadas sobre *Accountability*, especialmente em relação ao seu caráter metodológico, conceitos e contextos importantes que sempre estão relacionados ao termo, de forma a demonstrar o importante relacionamento do mesmo com outros três termos que são: transparência, *e-government* e governança. Foram coletados artigos entre os anos de 1997 e 2013, os quais possuem a palavra “*Accountability*” em qualquer lugar do seu texto, especificamente em qualquer evento de Administração existente no site da ANPAD. Não foram considerados artigos do ano de 2012, visto que a pesquisa foi realizada neste ano não estando, portanto, todos os artigos disponíveis - para efetivação da coleta.

Segundo os autores Aquino *et al.* (2008) há dois tipos de erros que um pesquisador pode cometer ao selecionar trabalhos para compor seu referencial teórico: chamam-se erros de omissão e erros de inclusão. Na presente pesquisa tem-se a consciência que provavelmente o primeiro erro ocorreu. O primeiro erro (omissão) ocorre quando um trabalho relevante é

MPGOA, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 03-15, 2015

deixado de fora da revisão. Fatalmente no presente caso não existem, sobre o tema, inúmeros trabalhos que estão disponíveis apenas de forma impressa ou eletronicamente em sites pagos além do site ANPAD. Já o segundo erro (inclusão) provavelmente não ocorreu. Apenas uma ressalva é necessária pelo fato da existência de artigos similares enviados em anos diferentes aos eventos da ANPAD.

Pode-se acreditar que mesmo ignorando tais prováveis vieses, é possível encontrar o que tem se discutido sobre o assunto no Brasil sob a chancela da academia. Após toda essa última necessária ponderação, serão apresentados na próxima sessão os resultados bibliográficos.

4 PERFIL DOS ARTIGOS SOBRE *ACCOUNTABILITY*

Foram encontrados 34 artigos (Quadro 1) a partir do ano de 1997 em dois eventos ANPAD:

Quadro 1 - Quadro de Artigos Publicados no Brasil por Evento

Evento	Frequência
EnANPAD	22
ENAPG	12
Total	34

Os artigos, que estão todos citados nas referências do presente trabalho, foram tabulados em uma planilha contendo autores, ano de publicação, evento ANPAD, foco e predominância metodológica. O critério de classificação metodológica foi o mesmo utilizado por Dalmoro *et al.* (2007). Assim, os artigos foram classificados em qualitativo, quantitativo, quali-quantitativo ou ensaio teórico.

Identificaram-se sobre esse assunto que o conjunto das pesquisas qualitativas e os artigos teóricos predominam nos estudos em Administração, com um total de 70,59% das ocorrências.

Quadro 2 - Predominância Metodológica

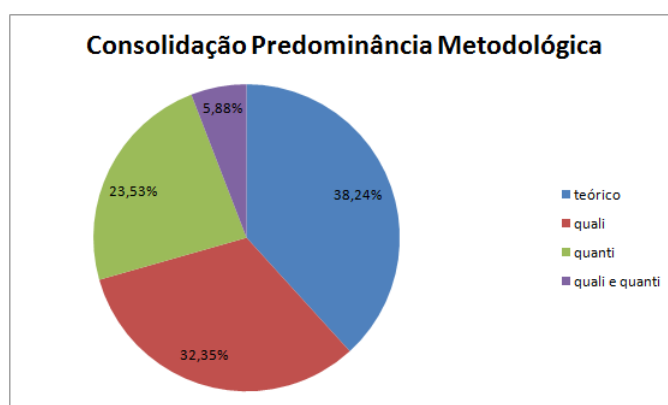
EnANPAD			ENAPG		
Predominância	Frequência	%Frequência	Predominância	Frequência	%Frequência
Teórico	8	36,36%	Teórico	5	41,67%
Quali	8	36,36%	Quali	3	25,00%

Quali e Quanti	1	4,55%	Quali e Quanti	1	8,33%
Quanti	5	22,73%	Quanti	3	25,00%
Total	22	100,00%	Total	12	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode ser verificado usando o Gráfico 1 que a consolidação dos dados de ambos os eventos demonstra uma predominância metodológica teórica e qualitativa.

Gráfico 1 - Predominância Metodológica



Fonte: Dados da pesquisa.

Foi tabulada a frequência de publicação de cada autor, independentemente de ser principal ou não, para averiguar a existência de uma possível predominância. Foram destacados aqui apenas os autores com mais de 3 artigos, que somados representam 19 dos 34 artigos, isto é 55,88%. Todos os artigos estão referenciados na seção 6 do presente trabalho. Todos esses 5 principais autores têm o título de doutor, como detalhado na descrição da formação abaixo:

Foi tabulada a frequência de autores entre as referências bibliográficas dos 34 artigos, para averiguar a existência de uma possível recorrência.

Quadro 3 - Autores que mais Publicaram nos Eventos

Autor	Descrição da Formação	Ocorrências
José Antonio Gomes de Pinho	Doutorado em Regional Planning pela University of London, Inglaterra(1986) Prof. Associado III da Universidade Federal da Bahia, Brasil	(AKUTSU; PINHO, 1997); (AKUTSU; PINHO, 2000); (PINHO, 2006); (PINHO et al., 2005); (PINHO;

	Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	SACRAMENTO, 2008)
Arlindo Carvalho Rocha	Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil(2011) Prof. Efetivo da Universidade do Estado de Santa Catarina , Brasil. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	(ROCHA, 2003); (ROCHA, 2007); (ROCHA, 2008); (ROCHA, 2009)
Fernando Luiz Abrucio	Doutorado em Ciência Política pela Universidade de SP, Brasil (2000). Prof. Doutor Adjunto da Fundação Getulio Vargas - SP , Brasil. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	(LOUREIRO; ABRUCIO, 2003); (PÓ; ABRUCIO, 2004); (PÓ; ABRUCIO, 2004A); (SANO; ABRUCIO, 2003)
Marcos Vinicius Pó	Doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getulio Vargas - SP, Brasil (2009). Prof. Adjunto I da Universidade Federal do ABC , Brasil. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	(PÓ, 2002); (PÓ; ABRUCIO, 2004); (PÓ; ABRUCIO, 2004A)
Ricardo Ceneviva	Doutorado em Ciência Política pela Universidade de SP, Brasil(2011). Pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole , Brasil. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	(CENEVIVA, 2003); (CENEVIVA, 2006); (CENEVIVA, FARAH, 2010)

Fonte: Dados da pesquisa.

Não foram destacadas na listagem as 51 ocorrências relacionadas a Brasil que representam várias leis, emendas e a constituição federal.

Quadro 4 - Autores mais referenciados no Brasil

Autor	País ou Instituição	Descrição da Formação	Frequência
O'DONNELL, Guillermo.	Argentina	Falecido, foi um Cientista Político Argentino. Fonte: http://kellogg.nd.edu/faculty/fellows/odonnell.shtml	33
PRZEWORSKI, A.	USA	Cientista Político Polonês, Prof. da Universidade de Chicago. Fonte: http://politics.as.nyu.edu/object/AdamPrzeworski.html	22
ABRUCIO, Fernando Luiz	FGV-SP	Doutorado em Ciência Política pela Universidade de SP, Brasil (2000) Prof. Doutor Adjunto da Fundação Getulio Vargas-SP, Brasil. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	18
CAMPOS, Ana Maria	FGV-RJ	Doutorado em Doctor Of Public Administration pela University of Southern California, Estados Unidos (1979). Trabalha na Fundação Getúlio Vargas - RJ , Brasil. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	16

PINHO, José Antonio Gomes de	UFBA	Doutorado em Regional Planning pela University of London, Inglaterra(1986) Prof. Associado III da Universidade Federal da Bahia , Brasil. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	14
MAINWARING, Scott.	USA	Kellogg Institute for International Studies; Notre Dame University Fonte: http://kellogg.nd.edu/faculty/fellows/mainwaring.shtml	13
BRESSER PEREIRA, L.C.	FGV-SP	Doutorado em Economia pela Universidade de SP, Brasil (1972) Prof. titular da Fundação Getulio Vargas - SP , Brasil	11
LOUREIRO, M. R.	FGV-SP	Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Brasil(1984) Prof. titular da Fundação Getulio Vargas - SP , Brasil. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	10
MELO, M A.	USA	Doutorado em Ciência Política pela University of Sussex, Inglaterra(1987), Coca Cola World Fund Visiting Prof. da Yale University , Estados Unidos. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	7
ROCHA, Arlindo Carvalho.	UDESC	Doutorado em Adm. pela Universidade Federal da BA, Brasil (2011) Prof. Efetivo da Universidade do Estado de Santa Catarina , Brasil. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram destacados aqui apenas autores referenciados mais de 7 vezes, totalizando 10 autores, que somados representam 151 das 816 referências, isto é 18,5%. Sendo importante destacar que entre esses 10 autores destacamos 3 (José Antonio Gomes de Pinho, Arlindo Carvalho Rocha e Fernando Luiz Abrucio) são exatamente os 3 primeiros autores, em quantidade de artigos, da relação dos 34 artigos (ver Quadro 3).

Para os autores relacionados anteriormente foi verificado na base de referências a frequência de suas obras principais.

Quadro 5 - Autores e obra em destaque

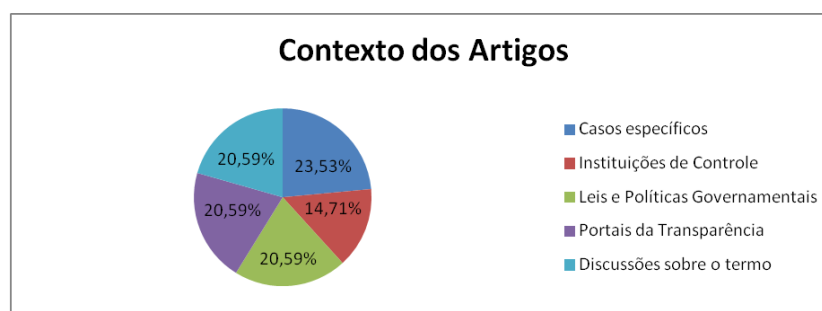
Autor	Obra em destaque	Frequência
O'DONNELL, Guillermo.	<i>Accountability</i> horizontal e novas poliarquias. Revista Lua Nova. São Paulo, n. 44, p. 27 – 54. 1998.	18
PRZEWORSKI, A.	Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agent X principal. Em Reforma do Estado e Administração Pública gerencial. Luiz Carlos Bresser Pereira & Peter Spink (orgs). FGV. Rio de Janeiro. 1998.	8

ABRUCIO, Fernando Luiz	Finanças públicas, democracia e <i>Accountability</i> . In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro (Org.) Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.	6
CAMPOS, Ana Maria	<i>Accountability</i> : Quando poderemos traduzi-la para o português? Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, fev./abr. 1990.	16
PINHO, José Antonio Gomes de	Governo Eletrônico, Transparência, <i>Accountability</i> e Participação: o que Portais de Governos Estaduais no Brasil Mostram. Anais do XXIX EnANPAD. Brasília. Setembro 2005.	4
MAINWARING, Scott.	Democratic <i>Accountability</i> in Latin America. Oxford: Oxford University Press (Oxford Studies in Democratization). 2003.	9
BRESSER PEREIRA, L.C.	Reforma do Estado e administração pública gerencial. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.	3
LOUREIRO, M. R.	Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, nº 41, outubro 1999.	3
MELO, M A.	A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, no. 46, junho 2001	2
ROCHA, Arlindo Carvalho.	O Processo Orçamentário Brasileiro como Instrumento de <i>Accountability</i> . Anais do EnANPG-2008. Salvador, nov. 2008.	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Outra tabulação realizada foi verificar o contexto, lendo os resumos ou eventualmente lendo boa parte do conteúdo, de cada artigo. Os artigos são bem divididos entre os contextos:

Gráfico 2 – Contextos dos Artigos



Fonte: Dados da pesquisa

O contexto “Instituições de Controle” são artigos específicos sobre tribunais de contas: federais, estaduais e municipais. O contexto “Casos específicos” são estudos sobre existência ou não de *Accountability* em casos reais excetuando os anteriores. O contexto “Discussões sobre o termo” são artigos preocupados com a problemática sobre o conceito de *Accountability* ou simplesmente a questão da tradução para o Português. Os outros contextos são autoexplicativos e tratam de Portais da Transparência e Leis e Políticas governamentais, com um destaque para a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101 de 2000), destaque para seu artigo 54 que trata do relatório de gestão fiscal que em conjunto com outros artefatos auxilia a transparência fiscal dos órgãos governamentais.

Outra constatação é que todos os 34 artigos estão relacionados a governo, apenas um destoou que é o artigo “Práticas de *Accountability* Ética e Social: As Estratégias de Legitimação de Empresas Brasileiras nas Relações com *Stakeholders*” dos autores Maria Priscilla Kreitlon e Rogério H. Quintella, no entanto, essa é a visão que inicialmente foi pesquisada, destarte, parece não ser o viés preferencial dos acadêmicos brasileiros. Abordagem semelhante é discutida por (PARMIGIANI *et al.*, 2011) que relaciona a cadeia de suprimentos com a gestão de *stakeholders*, de modo a relacionar pressões por desempenho com questões sociais e ambientais de forma a diminuir a exposição dos *stakeholders*, portanto existem contextos diversos para a *Accountability*, porque todas as empresas, e, por conseguinte todas as pessoas podem ser responsabilizadas por seus atos.

Foram analisados mais profundamente os artigos relacionados a Portais da Transparência, lendo os resumos e as conclusões de forma a extrair algumas informações: 6 dos 7 artigos afirmam a não existência da *Accountability* necessária; 6 dos 7 artigos afirmam a subutilização da Tecnologia disponível, sendo que 5 desses 6 artigos afirmam que o problema é a falta de interatividade dos portais. O autor Pinho (2006, p. 10-11) fez duas sugestões para melhorar essa interatividade:

[...]ausência da identificação dos responsáveis pela política denotando uma cultura de falta de responsabilização dos gestores públicos [...] A relação que se estabelece entre o cidadão (indivíduo) e o ente governamental (público) é individualizada ficando-se sem saber se efetivamente existe resposta às questões formuladas, se o governo é responsivo. Os portais ao não disponibilizar publicamente uma lista de questões mais recorrentes não possibilitam aos outros cidadãos o conhecimento das inquietações de outros, o que não permite formar um conhecimento e uma consciência coletivos[...]

A última tabulação realizada foi uma busca por recorrências de termos importantes relacionados. Para tal foi utilizado software (MENDELEY, 2012) que busca palavras em qualquer parte de arquivos pdfs.

Quadro 6 – Termos mais recorrentes

Termos	Frequência	%Frequência
Transparência	31	88,57%
Governança	18	51,43%
Controle externo	13	37,14%
Legitimidade	12	34,29%
Conformidade	11	31,43%
Regulação	11	31,43%
Publicidade	11	31,43%
Controle interno	11	31,43%
Institucionalização	10	28,57%

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir de tal resultado pode-se inferir que os conceitos que são mais usados pelos autores dos artigos estão mais relacionados com a *Accountability* societal, que talvez seja realmente a menos evoluída no Brasil, devido à incipiência de instituições Civis mais fortes e combativas. Logo após viria a *Accountability* vertical representada pelo controle externo e a governança, que inicialmente era a área pré-suposta como principal, já que os periódicos são de Administração.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Quanto ao caráter metodológico, o total de 70,59% das ocorrências dos artigos ser qualitativa ou ensaio teórico pode indicar a incipiência dos estudos sobre o assunto no Brasil.

Tanto como autores, como fontes de referência, foi destacada a relevância dos seguintes professores: José Antonio Gomes de Pinho, Arlindo Carvalho Rocha e Fernando Luiz Abrucio.

A apontada falta de interatividade dos portais da transparência pode ser rica fonte para estudos futuros, para um viés mais relacionado à TIC.

Yang (2012) nos dá uma perspectiva sobre o uso mais comum do método qualitativo, mais especificamente do estudo de caso, quando se trata de pesquisas sobre *Accountability*, mas critica que relacionamentos causais são assumidos sem uma validação empírica, portanto na visão desse autor é necessária uma avaliação quantitativa de várias possibilidades constructos que são comumente relacionados à *Accountability*. Um dos possíveis estudos futuros seria com outros dois constructos (Transparência e Governança). O Quadro 6 demonstra a forte recorrência desses termos em artigos sobre *Accountability*. Outros constructos interessantes em inglês seriam: *compliance*, *performance*, *responsiveness*, *regulation e legitimacy*.

Outra possibilidade de estudos é sobre o possível direcionamento mais publicitário e menos preocupado com o desempenho devido aos anseios e cobranças por transparência por parte da sociedade. Em nenhum artigo nacional esse viés foi explorado.

Desse modo, o presente estudo tem como contribuição revelar o panorama da produção nacional sobre *Accountability*, delimitado pelos periódicos da Administração dos eventos da ANPAD. É importante não engessar uma área com tantas possibilidades de problematização hodiernas e que muito ainda se expandirá se levarmos em consideração o prosseguimento da grande evolução da TI nos últimos anos. Importante contribuição é a divisão da *Accountability* em três dimensões e a análise que os artigos nacionais têm um maior viés para a dimensão Societal.

Finalizando, para Minayo e Sanches (1993), as abordagens qualitativas e quantitativas não apresentam caráter de oposição entre si. Os autores defendem que os métodos, apesar de trazerem características distintas, ostentam muito mais uma condição de complementaridade do que de exclusão mútua. O presente artigo tentou se beneficiar dessa visão menos excludente da ciência.

A BIBLIOGRAPHIC STUDY OF BRAZILIAN PRODUCTION OF ARTICLES ABOUT ACCOUNTABILITY BETWEEN 1997 TO 2013, IN SEARCH OF CONSTRUCTS FOR QUANTITATIVE RESEARCH.

ABSTRACT

"Accountability" is a worldwide topic studied related to Public Administration and Democracy. Carries a multiplicity of concepts not fully understood in Brazil. This paper aims to carry out a survey of studies published in Brazil, between 1997 and 2013, of ANPAD events, which contain the word "Accountability" in text. To this end, the descriptive and bibliographic method was used, with a quantitative approach. After analyzing the data, it was possible to observe its great relationship with other three concepts: transparency, governance and e-government. Were highlighted the following three most referenced authors: Guillermo O'Donnell, Adam Adam Przeworski and Fernando Luiz Abrucio, what can be a good starting point for the theoretical development of new studies in public

administration. From a political science bias was conceptualized three Accountability types: horizontal, vertical and societal. A substantive contribution of the paper is, from Accountability types, locate national management papers relating more to societal Accountability.

Keywords: *Accountability. Transparency. Governance.*

REFERÊNCIAS

AKUTSU, L.; PINHO, J. A. G. Governo, *accountability* e Sociedade da Informação no Brasil: uma investigação preliminar. **Enanpad**, p. 1-14, 1997.

_____, L.; PINHO, J. A. G. Sociedade da Informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Enanpad**, p. 1-15, 2000.

AMARAL, M. S.; PINHO, J. A. G. Sociedade da Informação e democracia: procurando a *accountability* em portais municipais da Bahia. **Enanpad**, p. 1-16, 2008.

AQUINO, A. C. B. de; PAGLIARUSSI, M. S.; BITTI, E. J. S. Heurística para a composição de referencial teórico. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 47, 2008.

BONACIM, C. A. G. *et al.* A mensuração do valor econômico agregado à sociedade por entidades públicas como instrumento de *accountability*: um estudo de caso em um hospital universitário público. **Enanpad**, p. 1-15, 2007.

CAMPOS, A. M., *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, fev./abr. 1990.

CARVALHO, W. G. F. A reforma administrativa da Nova Zelândia nos anos 80-90: controle estratégico, eficiência gerencial e *accountability*. **Enanpad**, v. 26, p. 1-15, 1996.

CENEVIVA, R. *Accountability*: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente. **EnAPG**, p. 1-17, 2006

_____. Avaliação e *accountability*: a avaliação de políticas públicas e a introdução de mecanismos de controle social na gestão da política educacional e do Programa de DST / AIDS no Estado de São Paulo. **Enanpad**, v. 9, n. 1-2, p. 17-30, 30 jun 2003.

_____. R.; FARAH, M. F. S. Democracia, avaliação e *accountability*: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático. **EnAPG**, p. 1-17, 2006.

_____. Contabilidade e *accountability*: estudos de casos nas parcerias público-privadas (PPPs) do Estado de Minas Gerais. **EnAPG**, p. 1-17, 2010.

DALMORO, M. *et al.* Dominância epistemológica em estudos do campo: são ainda os administradores positivistas? **Enanpad**, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KREITLON, M. P.; QUINTELLA, R. H. Práticas de *accountability* ética e social: as estratégias de legitimação de empresas brasileiras nas relações com *stakeholders*. **Enanpad**, 2001.

LIMA, F. T. Presidencialismo e *accountability*: os controles sobre a corrupção. **Enanpad**, n. 1999, p. 1-17, 2002.

_____, R. C.; CAMPOS, E. S. *Accountability*: uma análise comparativa entre o Poder Executivo e Judiciário sobre a divulgação de dados e informações, em seus sítios eletrônicos. **EnAPG**, p. 1-17, 2010.

MPGOA, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 03-15, 2015

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L. Políticas fiscais e *accountability*: o caso brasileiro. **Enanpad**, p. 1-16, 2003.

LOUZADA, S. V.; FONTES FILHO, J. R.; REZENDE, J. F. C. O uso da Internet para promoção da *accountability* pelas empresas estatais federais brasileiras. **EnAPG**, 2010.

MENDELEY- Site oficial sobre a ferramenta de organização de PDFs e gerenciadora de referências. Disponível em: <<http://www.mendeley.com/>> Acesso em: 18 dez. 2012.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Qualitativo-quantitativo**: oposição ou complementaridade? Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro, 1993.

NATIONS, U. **E-Government Survey 2012**. [S.l: s.n.], 2012.

O'DONNELL, G. Horizontal *accountability* in new democracies. **Journal of Democracy**, v. 9, n. 3, jul. 1998.

OLIVEIRA, E. M. ;ARVATE, P. R.; CASALECCHI, A. . R. C. *Accountability* e observação empírica da aplicação da Lei de Licitações no Estado de São Paulo. **Enanpad**, n. c, p. 1-14, 2009.

OLIVIERI, C. O controle interno como instrumento de *accountability* horizontal: uma análise exploratória da Controladoria Geral da União. **EnAPG**, p. 1-12, 2006.

PARMIGIANI, A.; KLASSEN, R. D.; RUSSO, M. V. Efficiency meets *accountability*: performance implications of supply chain configuration, control, and capabilities. **Journal of Operations Management**, v. 29, n. 3, p. 212-223, mar. 2011.

PINHO, J. A. G. *Accountability* em portais estaduais e municipais no Brasil: realidades distantes das promessas. **EnAPG**, p. 1-12, 2006.

_____, J. A. G.; IGLESIAS, D. M.; SOUZA, A. C. P. Governo eletrônico, transparência, *accountability* e participação: o que portais de governos estaduais no Brasil mostram. **Enanpad**, p. 1-17, 2005.

_____, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **EnAPG**, p. 1-16, 2008.

PÓ, M. V. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e *accountability* das Agências Reguladoras Brasileiras: semelhanças, diferenças e idiosincrasias. **Enanpad**, 2002.

_____, M. V.; ABRUCIO, F. L. A *Accountability* da burocracia: revisão bibliográfica e algumas lições para o caso brasileiro. **EnAPG**, 2004.

_____, M. V.; ABRUCIO, F. L. Gênese e indefinições da *accountability* nas Agências Reguladoras Brasileiras: os casos da Anatel e da ANS. **Enanpad**, p. 1-16, 2004a.

RIBEIRO FILHO, J. F.; CAMPELO, S. M.; ARAÚJO, F. S. Os *websites* dos Tribunais de Contas como instrumentos de *Accountability*: uma análise empírica das informações disponibilizadas. **Enanpad**, 2005.

ROCHA, A. C. Três modelos teóricos, três abordagens. **Enanpad**, p. 1-15, 2003.

_____, A. C. Auditoria de gestão - uma forma eficaz de promoção da *accountability*. **Enanpad**, 2007.

_____, A. C. O processo orçamentário brasileiro como instrumento de *accountability*. **EnAPG**, p. 1-15, 2008.

_____, A. C. *Accountability* na administração pública: a atuação dos Tribunais de Contas. **Enanpad**, 2009.

SACRAMENTO, A. R. S. Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da *accountability* no Brasil. **Enanpad**, p. 1-16, 2002.

SANO, H.; ABRUCIO, F. L. Reforma do Estado, organizações sociais e *accountability*: o caso paulista. **Enanpad**, p. 1-16, 2003.

SILVA, F. A. C.; BELEM, Á. C. S. *Accountability* e políticas públicas para o controle da lavagem de dinheiro: uma abordagem comparativa das estratégias do Brasil e EUA. **Enanpad**, 2003.

SILVEIRA, J. S. T.; SILVEIRA, L. D. B. Desenvolvimento metodológico e aplicação de um índice de *accountability* aos municípios catarinenses. **Enanpad**, p. 1-14, 2006.

SOUZA, A. B.; MATIAS-PEREIRA, J. Comissões Parlamentares de Inquérito como instrumentos de *accountability* horizontal: análise do período 1989–2005. **EnAPG**, p. 1-16, 2006.

SPINELLI, M. V. C.; COSTA, B. L. D. Participação, *accountability* e desempenho institucional: o caso dos conselhos de controle social do programa bolsa família nos pequenos municípios brasileiros. **EnAPG**, p. 1-16, 2008.

VAZ, J. C. Administração pública e governança eletrônica: possibilidades e desafios para a tecnologia da informação. In.: HOFMEISTER, W. (Org.). **Governo eletrônico**: os desafios da participação cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

WEILL, P.; ROSS, J. W. **Governança de TI**. [S.l.]: M. Books, 2006.

XAVIER, R. S. *Accountability* e as suas múltiplas abordagens: um balanço teórico. **Enanpad**, p. 1-14, 2011.

YANG, K. Further understanding *accountability* in public organizations. **Administration & Society**, v. 44 , n. 3 , p. 255-284, Apr. 2012.